

A EXTERIORIDADE DA MÁQUINA DE GUERRA EM *MIL PLATÔS*: UMA QUESTÃO DE MÉTODO

THE EXTERIORITY OF THE WAR MACHINE IN MIL PLATEAUS: A MATTER OF METHOD

Jean Pierre Gomes Ferreira¹

Resumo: Deleuze e Guattari em sua obra *Mil Platôs* utilizam o método axiomático geométrico para demonstrar a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado. O problema é que este método está diretamente relacionado à axiomática do capitalismo e ao aparelho de Estado e remete a exterioridade da máquina de guerra à interioridade do aparelho de Estado. Neste sentido, é importante pensar como a exterioridade da máquina de guerra pode ser demonstrada a partir deste método axiomático geométrico se, por fim, ele promove uma captura dela pelo aparelho de Estado. Diante desta questão, é paradoxal a utilização deste método para a demonstração da exterioridade da máquina de guerra, mas ao analisarmos melhor esta questão percebe-se como, no fim, trata-se de fazer senão a máquina de guerra escapar a ele na medida em que a própria exterioridade dela impõe a este método *proposições indecidíveis* que constroem *conexões revolucionárias* contra as *conjugações da axiomática geométrica* do aparelho de Estado.

Palavras-chave: Exterioridade. Máquina de guerra. Método axiomático geométrico. Aparelho de Estado.

Abstract: Deleuze and Guattari in their work *A thousand Plateaus* use the geometric axiomatic method to demonstrate the exteriority of the war machine in relation to the state apparatus. The problem is that this method is directly related to the axiomatic of capitalism and the state apparatus and refers the exteriority of the war machine to the interiority of the State apparatus. In this sense, it is important to think how the exteriority of the war machine can be demonstrated from this axiomatic geometric method if, in the end, it promotes a capture of it by the state apparatus. In the face of this question, it is paradoxical to use this method for demonstrating the externality of the war machine, but as we look more closely at this question one notices how, in the end, it is a question of making the war machine escape from it as far as that its own externality imposes on this method *undecidable propositions* that construct *revolutionary connections* against the *conjugations of the geometrical axiomatic* of the state apparatus.

Keywords: Exteriority. War machine. Geometric axiomatic method. State apparatus.

A máquina de guerra foi pensada por Deleuze e Guattari na obra *Mil platôs* (1980) principalmente no platô 12. 1227 - *Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra*, no qual analisam a exterioridade dela em relação ao aparelho de Estado, o qual é particularmente definido como um *aparelho de captura* no platô seguinte 13. 7000 a.C. - *Aparelho de Captura*. Ao analisarem a relação da máquina de guerra com o

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professor efetivo do Estado do Ceará na EEFM Integrada 2 de Maio. Membro do Laboratório Conflitualidade e Violência - COVIO/UECE. E-mail: jphylosophia@gmail.com.

aparelho de Estado, porém, eles utilizam o método axiomático geométrico a partir do qual se coloca uma questão de método importante que é a de *como pensar* ou *de que modo pensar* a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado a partir deste método na medida em que a axiomática geométrica está relacionada ao capitalismo e ao aparelho de Estado. Em princípio, esta questão de método é importante, pois não é uma questão de método usual ou instrumental que se coloca em relação a ela, como um recurso para análise de algo *exterior* como um objeto, tal como definido modernamente pela ciência, e que funciona segundo o modelo de captura do aparelho de Estado no que diz respeito ao pensamento, interiorizando tudo que é exterior a ele. Pelo contrário, trata-se de uma questão de método em relação a um pensamento diferente, que é o da própria máquina de guerra em sua *diferença*, neste sentido, um pensamento da diferença tal como o pensado por Deleuze em *Diferença e Repetição* (1968) e que é retomado em *Mil Platôs* como um pensamento de uma máquina de guerra, isto é, de modo filosófico político, na prática, como um *saber como* escapar do modelo de pensamento do Estado que remete invariavelmente a uma lei de *identidade* e exclui politicamente as minorias de seu pensamento por serem diferentes, e, ou não lhe dão assistência, deixando-as morrer ou as violenta e mata por ser exterior à sua forma de pensar, agir e comportar-se, fazendo valer assim a *sua* questão de método que é a da captura a qualquer custo, mesmo que custe a vida dos outros, dos diferentes.

O livro-máquina de guerra e o livro-aparelho de Estado

Que a máquina de guerra seja pensada por Deleuze e Guattari a partir do método axiomático geométrico num *Tratado de Nomadologia* não é algo *sui generis*, mas necessário, pois *trata-se* de retomar tudo que foi dito antes de uma forma mais concisa, direta, objetiva, o que para isto contribui este método como o que melhor *funciona* para isto. Trata-se, outrossim, de saber como melhor determinar tudo que foi dito antes, em princípio a questão do livro e da escrita, que nunca é para eles, uma questão de estilo, no caso, subjetiva, remetida a um *eu*, ou a um *autor*, mas a uma prática, à questão da máquina de guerra, segundo o *método rizomático* que pressupõe uma ação no mundo, diferente do método *arborescente*, que é o do aparelho de Estado, para o qual a escrita e o livro é a expressão de um mundo.

É preciso tratar de modo diferente tudo que já foi colocado antes em *Mil platôs*, mas também em o *Anti-Édipo*, bem como toda forma de pensar e escrever sobre o

mundo visto até então como *Uno* e não em *multiplicidade*, de modo idêntico e não diferente, como um livro-escrito que o captura como algo exterior e não um livro que está conectado a ele, livro a partir do qual toda exterioridade é pensada como algo interior ou a ser interiorizado e não algo com o qual se *coexiste*. É preciso ver o mundo de modo diferente e, neste sentido, a questão de método é importante, pois tal como é pensado atualmente tendo como modelo o aparelho de Estado nenhum pensamento da exterioridade é possível senão a partir de uma interioridade do próprio pensamento, e, politicamente, nenhuma forma social é possível para além do Estado que funciona como meio de pensar as relações sociais, políticas, mas também econômicas, por mais liberais que as relações econômicas sejam, pois sempre recorrem ao Estado quando estão em crise.

É assim, por sua vez, que uma questão de método, no caso, o rizomático, atravessa cada um dos 15 platôs da obra de Deleuze e Guattari pensados com uma composição própria, com uma forma de conteúdo e de expressão particular, distinta, compondo a *multiplicidade Mil platôs*. Esta multiplicidade nunca é uma ou se remete a uma unidade, pois se torna diferente em sua natureza conforme as “determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza”.² Esta mudança de natureza acontece devido o *princípio de conexão* ou *agenciamento* do método rizomático segundo o qual “qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” e “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida em que ela aumenta suas conexões.”³ No caso desta mudança de natureza, não há mais a integração numa estrutura, mas a constituição de um *plano de consistência* da multiplicidade que varia conforme o “número de conexões que se estabelece nele” e que é definido por uma *linha abstrata* ou *linha de fuga* que marca o

número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; a possibilidade de achatar todas estas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou *exterioridade* (grifo nosso), sejam quais forem suas dimensões.⁴

A cada crescimento da multiplicidade de conexões ou agenciamento da

² DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 16.

³ DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 17.

⁴ DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 17.

multiplicidade há, portanto, a construção de uma multiplicidade diferente a partir desta linha abstrata e de fuga que é uma “linha de desterritorialização segundo a qual elas [as multiplicidades] mudam de natureza ao se conectarem às outras”, isto é, ao se conectarem a outras multiplicidades fora ou exteriores a si com as quais ela expande suas dimensões ao entrar em conexão ou agenciamento. É esta expansão em direção ao que está fora e a uma exterioridade, por sua vez, o “ideal do livro” *Mil platôs*, no caso, de “expor toda coisa sobre um tal plano de exterioridade, sobre uma única página, sobre uma mesma paragem: acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais.”⁵ Ou ainda, é o ideal do “livro-máquina de guerra, contra o livro-aparelho de Estado”.

Cada platô é, neste sentido, uma multiplicidade que se expande em conexão com outra, no caso, com outro platô. De platô em platô, há uma mudança de natureza da multiplicidade desta obra que precisamente no platô 12, adquire a forma de expressão de uma máquina de guerra e o ideal do livro-máquina de guerra a partir de um método rizomático é alcançado contra a captura do livro-aparelho de Estado em seu método arborescente que faz da multiplicidade uma *unidade* a qual “aparece unicamente quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente de subjetivação”.⁶ Isto é, quando se atribui a multiplicidade como *objeto* a um *sujeito* ou o *livro* a um *autor*, o exterior a um interior, o *outro* ao *eu*. Neste sentido, *Mil platôs* não é apenas a continuação do tomo I de *Capitalismo e esquizofrenia*, é uma continuação de sua escrita também múltipla, pois, dizem: “Escrevemos o *Anti-Édipo* a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente.”⁷

Mil platôs em sua multiplicidade é, portanto, uma máquina de guerra pensada como livro desde o início por Deleuze e Guattari e é quando eles a expõem que nos deparamos com toda a potência deste livro em direção ao exterior e ao que está fora dela, que não é mais um *mundo imitado* por um livro-raiz, pivotante ou fasciculado, em busca de fundamentar o aparelho de Estado, mas uma exterioridade produzida pelo livro como uma *máquina literária* que não tem objeto nem sujeito, pois “Um livro existe apenas pelo fora e no fora.” No caso, a máquina literária transformada em uma máquina de guerra conectada a outras máquinas de guerra numa *máquina abstrata* que as arrasta e as põe em movimento contra o aparelho de Estado.

⁵ DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 17-8.

⁶ DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 17.

⁷ DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 11, grifos dos autores.

Pensar o livro em relação com que é exterior a ele sem ser para ele seu objeto, no caso, um objeto a um sujeito, é o objetivo de Deleuze e Guattari em *Mil platôs*. Neste sentido, é todo o ideal do livro que corre o risco de se perder diante da captura da máquina de guerra pelo aparelho de Estado que se coloca em questão na medida em que ela é definida pelo método axiomático geométrico, não se remetendo o livro mais a um fora e, sim, ao que está dentro do aparelho de Estado. O que torna importante pensar a exterioridade da máquina de guerra enquanto livro-escrita, no caso, como o próprio livro *Mil platôs* em relação ao método axiomático capitalista e geométrico do Estado, e sua escrita para além do *estilo* admitido segundo um modelo do aparelho de Estado que busca definir o modo próprio de escrita e de reescrita do pensamento e da própria história.

A exterioridade da máquina de guerra e o método axiomático geométrico

Desde o princípio, no platô do Tratado de Nomadologia a questão da máquina de guerra é uma questão de método, de saber como expressá-la a partir de um método que não seja o do aparelho de Estado, no caso, o geométrico, mas também não seja o axiomático capitalista, de pensá-la a partir de um método rizomático e não arborescente, isto é, de modo conectivo e não disjuntivo, pensá-la como conectando-se àquilo que é exterior e ao qual também é exterior, e não como algo a ser interiorizado por meio de captura ou excluído quando não é possível capturá-la. Na medida, porém, em que temos em vista que o método axiomático geométrico está diretamente relacionado à axiomática do capitalismo atual e à geometria do aparelho de Estado em sua política é paradoxal sua utilização para a demonstração da exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho do Estado. É preciso demonstrar, por sua vez, como esta questão de método se coloca seguindo o método axiomático geométrico neste tratado na sua composição de *axiomas*, *proposições*, *demonstrações* e, principalmente, de *problemas*, pois são a partir destes que se torna possível pensar e se demonstrar uma exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado.

Este método axiomático geométrico é demonstrado logo no “*Axioma I: A máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado.*”⁸ Um axioma decisivo na medida em que ao mesmo tempo em que a máquina de guerra é pensada a partir do método

⁸ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 11, grifos dos autores.

axiomático, ela não se limita a ele, e sua exterioridade vai além dele, não podendo ser capturada por este método e do aparelho de Estado como se percebe na demonstração deste axioma. Trata-se, ademais, de um axioma importante na medida em que conforme a dedução característica deste método, a partir dele é deduzido todos os outros axiomas, bem como todas as proposições, demonstrações e problemas no *Tratado de Nomadologia* e do *Aparelho de Captura*, isto é, do Estado. Por mais óbvio que seja considerado este axioma segundo a axiomática que parte de uma premissa óbvia ou *noção comum* para dela extrair dedutivamente outras, ele é fundamental para a compreensão da exterioridade como condição de possibilidade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado, uma exterioridade que não pode ser compreendida por ele, isto é, capturada por seu método geométrico, no caso, e *territorialização*, nem mesmo a partir do método axiomático capitalista, de desterritorialização.

Se o Axioma I pode ser visto como óbvio, ele não é tão óbvio assim como se percebe desde a Proposição I que confirma a exterioridade da máquina de guerra pela *mitologia, epopeia, drama e jogos*, pois, como observam Deleuze e Guattari (1997, p. 15): “a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado revela-se por toda parte, mas continua sendo difícil de pensar.” Esta dificuldade é expressa diretamente de modo geral no “*Problema I: Existe algum meio de conjurar a formação de um aparelho de Estado (ou de seus equivalentes num grupo)?*”⁹ e, de modo particular, no “*Problema II: Existe algum meio de subtrair o pensamento ao modelo de Estado?*”¹⁰ e expressa indiretamente no “*Problema III: Como os nômades inventam ou encontram suas armas?*”¹¹ Todos estes problemas são resumidos, de certo modo, na análise que Deleuze e Guattari fazem da obra de Kleist a qual se referem também na Proposição I, pois consideram que ele “canta uma máquina de guerra, e a opõe ao aparelho de Estado num combate perdido de antemão” devido à alternativa que o *destino* coloca a ela ao se questionarem:

Será que o destino de uma tal máquina, quando o Estado triunfa, é cair na alternativa: ou ser apenas órgão militar e disciplinado do aparelho de Estado, *ou então voltar-se contra si mesma*, e tornar-se uma máquina de suicídio a dois, para um homem e uma mulher solitários?¹²

⁹ DELEUZE, 1997, p. 18, grifos dos autores.

¹⁰ DELEUZE, 1997, p. 43, grifos dos autores.

¹¹ DELEUZE, 1997, p. 84, grifos dos autores.

¹² DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 17.

Diante desta alternativa e dos problemas colocados por Deleuze e Guattari, podemos dizer que o que se coloca em questão com o método axiomático geométrico de demonstração da exterioridade da máquina de guerra é a sobrevivência da própria máquina de guerra, a sua existência, a afirmação de sua diferença como exterior ao Estado, como algo para além de sua violência disciplinar e militar. Uma sobrevivência para além do Estado sem que ela se volte contra si mesma negando sua própria vida quando não é interiorizada por ele, quando não faz parte de seu território ou seu pensamento, pois é preciso pensá-la de modo diferente do pensado a partir do Estado. Pois este vê a *máquina de guerra* como *de guerra* propriamente, isto é, em oposição direta a ele, seu inimigo e, como tal, que deve ser eliminado pelo Estado em uma guerra declarada por si, mesmo que a guerra, em princípio, dizem Deleuze e Guattari, não esteja incluída no aparelho de Estado, e seja própria da máquina de guerra, pois, segundo eles, conforme a *mitologia indo-europeia* que fundamenta a *soberania política* ou *dominação* do Estado:

Ou bem o Estado dispõe de uma violência que não passa pela guerra: ele emprega policiais e carcereiros de preferência a guerreiros, não tem armas e delas não necessita, age por captura mágica imediata, ‘agarrar’ e ‘ligar’, impedindo qualquer combate. *Ou então* o Estado adquire um exército, mas que pressupõe uma integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar.¹³

Todavia, é uma irreduzibilidade da máquina de guerra à soberania política e dominação do Estado por meio da violência disciplinar ou militar o que faz da guerra algo *próprio* a si, pois ela “em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior à sua soberania, anterior ao seu direito: ela vem de outra parte”.¹⁴ Exterior ao Estado, a máquina de guerra deve ser capturada por ele pela violência disciplinar e militar limitando-a ao seu território pela força, e, quando isto não é possível, diminuindo-a e tornando-a negativa no que ela é, tal como acontece com o *guerreiro* e o *homem de guerra*, que é visto como uma *excentricidade* e de “forma negativa: estupidez, deformidade, loucura, ilegitimidade, usurpação...” É algo que “parece ultrapassado, condenado, sem futuro, reduzido ao próprio furor que ele volta contra si mesmo”,¹⁵ pois é aquele que trai tudo e até mesmo sua função militar no interior do Estado por “nada compreender”. Ou seja, ao tratar a máquina de guerra pela

¹³ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 12, grifos dos autores.

¹⁴ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 15.

¹⁵ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 16.

força disciplinar ou violenta, ou ainda, em seu próprio discurso violento, disciplinado, militar, o homem de Estado faz da exterioridade da máquina de guerra, do guerreiro, do homem de guerra, algo *excêntrico* em sua modo de ser, diferente, e, como tal, nocivo, sobretudo, um inimigo, mesmo que seja seu amigo, pois é algo que pode destruí-lo na medida em que vai traí-lo e, portanto, deve ser deslegitimado em sua ação e em seu discurso, sua fala e sua escrita, seu estilo para que isto não aconteça.

Contra esta negatividade e deslegitimação da máquina de guerra, na Proposição II, Deleuze e Guattari buscam, assim, afirmar a diferença da máquina de guerra, de certo modo, pela confirmação de sua exterioridade a partir da *etnologia* das *sociedades primitivas segmentárias* consideradas *sociedades sem Estado* segundo as teses de Pierre Clastres. Para este, ao contrário da tese de que as sociedades primitivas seriam sem Estado, o Estado já estaria pressuposto nelas, mas não se instaura nas sociedades primitivas porque é constantemente conjurado por mecanismos que impedem que o *chefe* e o *guerreiro*, ou ambos como um só, constituam a chefia “num aparelho distinto do próprio corpo social”, isto é, num corpo burocrático e hierárquico, quiçá, despótico. Neste sentido, por mais que tenha *prestígio*, *persuasão* e um “pressentimento dos desejos do grupo”, o chefe/guerreiro não é um *homem de poder*, que detém o poder, pois pode ser *renegado* e *abandonado* pelos seus, e a guerra tem senão esta função de impedir que ele detenha o poder na medida em que

*a guerra é o mecanismo mais seguro contra a formação do Estado: é que a guerra mantém a dispersão e a segmentaridade dos grupos, e o guerreiro é ele mesmo tomado num processo de acumulação de façanhas que o conduz a uma solidão e a uma morte prestigiosa, porém, sem poder.*¹⁶

Todavia, como observam Deleuze e Guattari, as sociedades primitivas são consideradas por Clastres como “uma entidade auto-suficiente(sic)” e um *estado de natureza* enquanto estágio social anterior na evolução do Estado. Por mais que Clastres busque romper com o evolucionismo considerando que o surgimento do Estado foi por uma “mutação brusca, não de desenvolvimento”, de um de um só golpe, todo pronto”, e deste modo se aproximar de Hobbes que, segundo Deleuze e Guattari (1997, p. 20), “viu nitidamente que *o Estado existia contra a guerra, a guerra existe contra o Estado*, e o torna impossível”, ainda assim é o Estado o modelo de pensamento das sociedades

¹⁶ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 19.

primitivas, em germe nelas, e se elas são primitivas é porque o Estado é aí o seu *telos*, que pressupõe um *avanço* e um *progresso* social pressuposto nelas ou a partir delas. Neste sentido, se, para Clastres, é somente de um modo abrupto que o Estado aparece evolutivamente como superior às sociedades primitivas em seu estado de natureza, para Deleuze e Guattari o Estado sempre existiu, perfeito e formado, como um *Urstaat* pensado em relação a uma exterioridade e um fora que ele busca interiorizar, no caso, a máquina de guerra e a guerra das sociedades primitivas, pois, segundo eles, “Mal conseguimos imaginar sociedades primitivas que não tenham tido contato com Estados imperiais, na periferia ou em zonas mal controladas.”¹⁷ Desse ponto de vista, coloca-se em questão a partir da etnologia de Clastres o método ou modo a partir do qual as sociedades primitivas como máquinas de guerra são vista a partir da *lei* evolutiva do Estado como sociedades com ou sem ele, em seu interior ou exterior, e um exterior que não é propriamente aquilo que está fora do Estado, a “política externa” de outros Estados ou *grandes máquinas mundiais* como empresas e instituições religiosas internacionais, mas também aquilo que está dentro do Estado como “mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder de Estado.”¹⁸ E que, nesta forma diferente de sociabilidade, são irredutíveis ao aparelho de Estado, à sua captura por ele.

Se Deleuze e Guattari aceitam a tese de Clastres de uma sociedade sem Estado, ou exterior ao Estado, no caso, uma sociedade nômade, de guerreiros, tão pouco eles veem nela um momento na evolução social cujo fim seria a formação do Estado, caso este não seja inibido. Trata-se, neste caso, de uma questão de método etnográfico importante, pois diz respeito senão à questão da relação da diferença com uma

¹⁷ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 23.

¹⁸ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 23. Há de se questionar até que ponto os mecanismos de inibição de um poder exterior à comunidade não constitui já o poder do próprio Estado como *Urstaat* ao esgotarem a força dos guerreiros em batalhas e, deste modo, evitar que a violência deles se volte contra a própria comunidade, ou contra eles mesmos. Desse ponto de vista, não haveria passagem abrupta das sociedades sem Estado para uma sociedade com Estado, e tão pouco evolução, pois o Estado já estaria pronto nas sociedades primitivas a partir destes mecanismo, no caso, como o “Estado” da própria sociedade e cuja exterioridade seria a do guerreiro em guerra fora dela e ou limitado dentro dela em seu poder devido à extenuação com a guerra. Desse ponto de vista, a guerra seria exterior à sociedade-Estado na medida em que o guerreiro é enviado para batalhas para defendê-la não apenas contra o Estado que a avizinha, mas, principalmente, defender a sociedade do guerreiro como inimigo da sociedade devido à sua potência de guerra. Não se trata, neste caso, como é dito por Deleuze e Guattari de não se conseguir “imaginar” que não existisse um contato das sociedades primitivas com Estados, partindo do pressuposto de que há sociedades sem Estado e com Estado, segundo ainda a lei do interior e do exterior, mas de que o Estado já estava presente como a própria sociedade primitiva originalmente e de modo imanente. Neste sentido, se há exterioridade propriamente dita das sociedades primitivas e do Estado, é por uma diferença de método ao se conjurar a guerra pela violência, no caso das sociedades primitivas a partir da guerra mesma entre elas e do Estado, pela violência disciplinar e militar.

identidade, bem como de uma maioria com uma minoria, pois o que se pensa costumeiramente é que não é possível uma sociedade sem Estado, que este deve estar em germe em toda sociedade, mais ou menos formado em sua identidade, como maioria, como seria, de certo modo, o pensamento etnológico de Clastres. Não é este o caso de Deleuze e Guattari, pois pensam as sociedades primitivas sem Estado porque são propriamente máquinas de guerra exteriores ao Estado, existindo de modo coexistente a ele desde a origem destes e delas, sem qualquer possibilidade de evolução a ele, resistindo a ele não como algo interior a si, mas exterior que busca interiorizá-la em si por meio de captura em seu território ou por meio de uma territorialização. Trata-se, para Deleuze e Guattari, de não submeter a diferença das sociedades sem Estado a qualquer semelhança com o Estado, no caso, a uma *tese* do Estado como algo *a priori* nelas em sua identidade, nem mesmo por analogia e, neste sentido, dizer-se sociedade *sem Estado* é o limite da tese ou do discurso do Estado a partir da etnologia de Clastres, ou de qualquer outra perspectiva a partir do Estado como modelo para se pensar as sociedades ditas “primitivas” senão a partir deste pensamento, mesmo que não venham primeiro e, sim, coexistem *com o* Estado, exteriormente a ele, desde o princípio delas e dele.

A partir da etnologia de Clastres, Deleuze e Guattari afirmam a exterioridade da máquina de guerra e, a afirmam ainda mais em relação à própria ciência que deriva de uma observação, etnográfica ou experimental, tornando-se *ciência régia* do Estado segundo uma *epistemologia*, pois buscam afirmar a diferença de uma *ciência menor* da máquina de guerra a partir das sociedades nômades na Proposição III de seu tratado. É nesta proposição que o problema da exterioridade da máquina de guerra se coloca propriamente como uma questão de método, pois aparece como *problemática* em relação ao método axiomático geométrico já que seu “modelo” é *hidráulico*, de *devir* e de *heterogeneidade*, e *problemático* mesmo derivado de uma ciência menor e nômade em vez de *teoremático*, derivado das sociedades sedentárias, pois “Enquanto a teoria é da ordem das razões, o problema é afectivo e inseparável das metamorfoses, gerações e criações na própria ciência.”¹⁹ Este modelo problemático é pensado já pela geometria grega que opõe a ele um pólo teoremático que o domina, bem como para a axiomática matemática, pois “o elemento axiomático se chocará com uma corrente problemática, ‘intuicionista’ ou ‘construtivista’, que propugna um cálculo de problemas muito

¹⁹ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 26.

diferente da axiomática e de toda teorematizada...”²⁰ Um problema que é, ademais, político da exterioridade da máquina de guerra em relação à geometria do aparelho de Estado, pois se a ciência régia tem por objetivo evitar o “elemento-problema” subordinando-o ao “elemento-teorema”, é porque é uma “ciência de Estado não pára de impor sua forma de soberania às invenções da ciência nômade”²¹ como acontece com a ciência de Arquimedes em relação ao Estado romano, pois “Matando a criação geométrica [de Arquimedes], o Estado romano iria construir o imperialismo geométrico do Ocidente.”²²

Trata-se, deste modo teorematizado, de estabelecer um método à semelhança do pensamento de Estado que, assim como exclui o guerreiro, o homem de guerra, e as sociedades primitivas, ou as interioriza em si, minimiza o problema a partir de uma teoria e busca estabelecer uma *lei* ao mesmo tempo *científica* e *política* a partir de uma epistemologia das ciências tanto de um ponto de vista *exato* como *humano*, até mesmo *anexato*. Neste sentido, mais do que uma parte da axiomática geométrica, isto é, submetidos a uma lei científica fundamental para o Estado, “os *problemata* são a própria máquina de guerra” inserida nesta axiomática geométrica, questionando-a por dentro, criando uma exterioridade dentro da interioridade do método axiomático geométrico e seu modelo teorematizado, motivo pelo qual é senão difícil *classificar* a ciência a partir da lógica da identidade ou mesmo ter ela uma *história* que se possa seguir, continuar, que seja a sua identidade. Deleuze e Guattari demonstram em vários momentos da história da ciência como estes problemas aparecem nas teorias científicas e aparece de modo particular relacionado no problema da *origem da geometria* de Husserl com suas “essências morfológicas *vagas*”, que são ao mesmo tempo distintas das *coisas sensíveis*, e sua *inexatidão*, e das *essências ideais, régias e imperiais*, e sua *exatidão*, por serem essas essências *anexas* na medida em que: “O círculo é uma essência fixa ideal, orgânica, mas o redondo é uma essência vaga e fluente que se distingue ao mesmo tempo do círculo e das coisas arredondadas (um vaso, uma roda, o sol...)”²³ As essências vagas são, assim, uma *corporeidade* que difere da *coisidade* enquanto essência ideal das coisas e das coisas sensíveis e que são produzidas por uma ciência nômade em relação com a máquina de guerra, já que “O Estado não pára de produzir e reproduzir círculos ideais, ... [e] é preciso uma máquina de guerra para fazer

²⁰ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 26. Nota 16.

²¹ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 26.

²² VIRÍLIO *apud* DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 26. Nota 17.

²³ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 33.

um redondo.”²⁴ O problema, para eles, é que se Husserl consegue perceber uma *irreducibilidade da ciência menor nômade* a partir destas ciências vagas, e que diz respeito à irreducibilidade da exterioridade da máquina de guerra, ele não deixa de ter a “preocupação de homem de Estado” e faz da ciência nômade da máquina de guerra uma “instância pré-científica, ou para-científica, ou sub-científica” como *proto-geometria* e, deste modo, submetida à ciência régia do Estado.

A questão de método colocada de modo particular a partir da etnologia de Clastres é, deste modo, generalizada a todas as ciências e à ciência em geral como ciência régia em sua lei científica, pois é a mesma forma de pensar que se coloca em questão, no caso, a do Estado a partir da captura do que é observado como diferente pelo que é semelhante ou idêntico à lei, a uma lei, ou ainda, classificável e identificável pela lei a partir de alguma teoria ou método axiomático geométrico. Trata-se, por sua vez, de submeter, a partir da lei científica e política, as minorias a uma maioria genérica, o corpo a uma coisa e a uma objetificação científica e legal, determiná-lo pela forma ideal do círculo que define por semelhança, por analogia, ou ainda, à força aqueles que insistem em ser exterior a ele. Círculo definido de modo científico geométrico, mas também político, a partir de uma territorialização de todos os corpos, orgânicos e inorgânicos, em defesa de sua soberania política e dominação, mas também do pensamento ao utilizar ou investir na ciência apenas quando serve a ele e não para algo exterior à finalidade do Estado de modo pragmático. Neste sentido, se a ciência nômade não serve ao Estado é porque ela não busca estabelecer leis científicas que são senão modos de soberania política e de dominação do pensamento a partir de um método de classificação dos corpos como objetos a um sujeito pensante por meio de uma violência disciplinar e militar, nas escolas como nas universidades, *sujeitado* a fazer parte de um determinado *círculo* de pensamento do contrário, não faz ciência, nem mesmo filosofia, isto é, não se torna um homem de Estado enquanto cientista ou filósofo.

Emerge, deste modo, entre a Proposição III e a IV, o Problema III, principal problema em relação ao método axiomático geométrico que busca submeter o pensamento da exterioridade da máquina de guerra em sua ciência menor nômade ao modelo de Estado, e que fora formulado na Proposição I, pois:

Não basta afirmar que a máquina de guerra é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma

²⁴ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 34.

uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar.²⁵

É segundo uma *noologia*, que se coloca propriamente uma questão de método em relação à exterioridade da máquina de guerra, qual seja, o problema de como subtrair o pensamento, e o pensamento dela mesma, à imagem de pensamento do modelo geométrico do Estado e sua axiomática capitalista tendo em vista que “O pensamento já seria por si mesmo conforme a um modelo emprestado do aparelho de Estado, e que lhe fixaria objetivos e caminhos, condutos, canais, órgãos, todo um *organon*.”²⁶ Em outras palavras, o problema de como pensar um *organon* ou *método* diferente do estabelecido no pensamento a partir da imagem e historicidade do aparelho de Estado em sua soberania política que domina o pensamento como “*imperium* do pensar-verdadeiro” e “república dos espíritos livres”. Algo possível, para eles, a partir da afirmação de uma *noologia* como “estudo das imagens de pensamento e de sua historicidade” em contrapartida a uma *ideologia* que tem o Estado como imagem-modelo do pensamento mesmo quando é contra ele, se diz sem ele, como se diz que as sociedades primitivas são sem Estado. No caso, uma imagem-modelo ideológico de pensamento interior ao Estado que a filosofia também constitui na história na medida em que se atribui o papel de *fundamento*, pois: “Desde que a filosofia se atribuiu ao papel de fundamento, não parou de bendizer os poderes estabelecidos, e decalcar sua doutrina das faculdades dos órgãos de poder do Estado.”²⁷

A partir da noologia, na Proposição IV, é pensada *finalmente* a exterioridade da máquina de guerra quando se pensa os *contra-pensamentos*, o *pensamento do fora* e a *forma de exterioridade do pensamento* como uma máquina de guerra contra a interioridade do pensamento que tem como imagem histórica o Estado, pois “Colocar o pensamento em relação imediata com o fora, com as forças do fora, [é] em suma fazer do pensamento uma máquina de guerra”.²⁸ Mas não se trata de opor um modelo a outro de pensamento, o exterior ao interior, mas de destruir “toda possibilidade de subordinar o pensamento a um modelo do Verdadeiro, do Justo ou do Direito (o verdadeiro cartesiano, o justo kantiano, o direito hegeliano, etc.)”²⁹ E, sobretudo, não submeter o

²⁵ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 15.

²⁶ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 43.

²⁷ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 45.

²⁸ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 46.

²⁹ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 47.

pensamento ao *método* tal como é pensado desde a modernidade a partir de uma identidade como “espaço estriado da *cogitatio universalis*”, pois a “forma de exterioridade situa o pensamento num espaço liso que ele deve ocupar sem medi-lo, e para o qual não há método possível”.³⁰ E que, deste modo, é preciso senão pensar-se um método diferente em cada espaço liso, sem estriá-lo, submetê-lo à medida do *Spatium Imperial, verdadeiro, justo e legal*.

A axiomática capitalista e o aparelho de Estado

Ao se colocar em questão a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado em *Mil platôs* como uma questão de método, pretende-se demonstrar como a partir de Deleuze e Guattari se pode perceber um novo método de dominação e soberania política que se coloca a partir de uma axiomática capitalista aliada à geometria do Estado. Tal método já não é mais o da disciplina e do militarismo, por mais que o Estado não tenha abandonado e nunca possa abandonar esta perspectiva, mas, sim, o método do controle por meio de *axiomas*, isto é, por noções vagas, hipóteses mal fundadas e mal fundantes desde princípio que, se visam estabelecer uma teoria verdadeira, justa, legal, isto já não é o mais importante. Neste sentido, se a máquina de guerra é irreduzível ao aparelho de Estado como exterior a ele, e o Estado mesmo não tem como dominá-la por seu método geométrico territorializante, limitando a ação dos corpos, das minorias e das diferenças de pensamento e de comportamento a um espaço-tempo por uma violência disciplinar ou militar, ele busca estabelecer um *controle* sobre elas, no caso, um controle do seu fluxo, a partir do método axiomático em relação à máquina de guerra na medida em que “considera diretamente os elementos e as relações puramente funcionais cuja natureza *não é especificada* (grifo nosso), e que se realizam imediatamente e ao mesmo tempo em campos diversos.”³¹ Neste sentido, a axiomática é *imane*te aos elementos, relações e campos diversos e o axioma se distingue dos *códigos, sobrecodificações e recodificações* do aparelho de Estado em sua geometria e transcendência na qual há uma especificidade dos elementos e relações funcionais e de seus campos específicos. Se o método desta axiomática imane

³⁰ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 47.

³¹ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 153.

como *modelos de realização* os Estados, pois estes “não se anulam, mas mudam de forma e assumem um novo sentido: [são] modelos de realização de uma axiomática mundial que os ultrapassa.”³² A partir deste método axiomático capitalista Estado deixa de ser *transcendente* para ser a realização da axiomática imanente capitalista, isto é, um Estado propriamente capitalista, liberal e neoliberal, e o que se “denomina Estado-nação, sob as formas mais diversas, é precisamente o Estado como modelo de realização” da axiomática capitalista e, não por menos, controlado por ela como algo exterior e interior a ele mesmo, uma *máquina de guerra mundial* apropriada por si e que se apropria dele, limitando-o enquanto Estado de bem-estar social e transformando-o num *Estado de bem-estar capitalista*, isto é, do próprio capitalismo.

Existe, assim, uma *correlação* entre a axiomática e a geometria, o capitalismo e o Estado, pois os elementos-problemáticos que não são submetidos a elementos-teoremáticos científicos e do Estado, isto é, que não são teorizados, classificados e especificados pelas teorias, e constituem deste modo *fluxos descodificados*, são, por outro lado, submetidos a uma axiomática teórica e prática, isto é, política. Deste modo, se não há um *objeto* para um *sujeito* ou a um campo específico de pensamento, e uma *sujeição social* do elemento-problemático pelo Estado, há, todavia, uma *axiomática* do que não é tornado objeto a um sujeito ou campo específico e há uma *subjetivação* do que não é sujeito à soberania ou subjugado à dominação do Estado, pois “a sujeição social, como correlato da subjetivação, aparece muito mais nos modelos de realização da axiomática do que na própria axiomática.”³³ Neste sentido, se uma máquina de guerra é exterior ao Estado, segundo a axiomática definida por Deleuze e Guattari, esta axiomática não deixa interiorizá-la no Estado na medida em que ele é um modelo de realização dela, e ela aquilo que o realiza de modo imanente atualmente. Isto porque se a axiomática a partir de noções vagas permite uma certa liberdade das diferenças e das minorias, de modo teórico e político, o Estado não deixa de capturá-las a partir da axiomática capitalista e, não por menos, a partir desta “restaura ou reinventa, sob novas formas tornadas técnicas, todo um sistema de servidão maquínica”, e constitui uma *máquina de guerra mundial* cuja *axiomática mundial* é a do *fascismo* quando “converte a guerra num movimento ilimitado cujo único fim é ele mesmo”, e, pior ainda, quando um *pós-fascismo* “toma indiretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência”.

³² DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 153.

³³ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 157.

A relação da axiomática capitalista com o aparelho de Estado se dá, propriamente, com a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle na medida em que aquelas já não conseguem subjugar os corpos, os pensamentos, as diferenças e minorias a uma *soberania* cujo objetivo era “açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte, mais do que gerir a vida”.³⁴ Trata-se de uma crise das formas de territorialização próprias do Estado a partir do *confinamento* e da *disciplina* tal como Foucault observou a partir da prisão, hospital, fábrica, escola e família, ou ainda, de tudo que é “interior” ou interiorização do corpo e pensamento num espaço fechado. Uma crise *lógica* ou de método, em princípio, na medida em que “Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa os indivíduos são variáveis independentes”³⁵ e é de modo *analógico* que eles passam de um a outro, isto é, por semelhanças entre eles, pois é o mesmo princípio de confinamento e de disciplina que os rege e mesmo objetivo que é o de *moldar* e de produzir uma identidade a partir de *moldes* ou *moldagens* em cada um destes espaços fechados e impedir o surgimento de qualquer diferença em termos de corpos, comportamentos e pensamentos.

Esta lógica analógica é senão a geométrica que se tornou um pensamento do Estado a partir de um princípio territorial e territorializante desde tempos míticos e que, na modernidade, assume a forma de uma disciplina com o capitalismo, principalmente do século XVIII ao XX, mas que é substituída atualmente pela axiomática geométrica do Estado capitalista a partir de um “sistema de geometria variável cuja linguagem é *numérica* (o que não quer dizer necessariamente binária)”.³⁶ No caso, um sistema de *controle* a partir de uma *modulação* que funciona como uma “moldagem auto-deformante” que muda continuamente a cada instante como um método de peneirar “cujas malhas mudassem de um ponto a outro”. Tal método de controle axiomático geométrico é, atualmente, o estabelecido pelas *empresas* diferentemente do que acontecia nas fábricas na medida em que a “empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade”, bem como no preço de produtos-mercadorias tal como no caso do petróleo e seus derivados com uma política de preço variável a cada instante, ou ainda, como acontece propriamente com as ações das empresas e valor econômico delas nas bolsas de valores.

³⁴ DELEUZE, 1992, p. 219.

³⁵ DELEUZE, 1992, p. 220.

³⁶ DELEUZE, 1992, p. 221.

Esta mesma axiomática geométrica capitalista também está presente na educação quando se estabelece uma *formação permanente* controlada por exames, mas principalmente quando se transforma a escola numa empresa em seu modo de gestão, não apenas financeira, mas de tudo que é fluxo de corpos, comportamentos e pensamentos nela por métodos de controle modulares de desempenho escolar e acadêmico no caso das universidades a partir de diversos métodos de aferição de notas e pontuações.

Tudo que diz respeito à sociedade disciplinar é substituído nas sociedades de controle, mas ainda segundo uma lógica da identidade que rege o pensamento tendo como modelo o Estado quando se passa da “assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa”, ou ainda, das “*palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência)” para a linguagem numérica de controle de uma *cifra e senha* que “marcam o acesso à informação, ou a rejeição”. Ou ainda, quando se passa das “moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão” para o controle das “trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda”. Enfim, quando quando todos os *indivíduos* da sociedade se tornam “dividuais, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou *bancos*”.³⁷

A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente é o das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo.³⁸

É preciso, por sua vez, um pensamento que conduza ao exterior propriamente a máquina de guerra em relação a esta axiomática geométrica, no caso, um pensamento rizomático que é um *simulacro* dela, pois se ela diz respeito ao capitalismo e à política atual é porque tudo econômica e politicamente serpenteia de modo vago e impreciso senão “porque nada está determinado de antemão” pelos axiomas que:

são enunciados primeiros, que não derivam de um outro ou não dependem de um outro ou vários outros. Nesse sentido, um fluxo pode

³⁷ DELEUZE, 1992, p. 222, grifos do autor.

³⁸ DELEUZE, 1992, pp. 222-223.

constituir o objeto de um ou vários axiomas (sendo que o conjunto dos axiomas constitui a conjugação dos fluxos); mas pode também não haver axiomas próprios, e seu tratamento ser apenas a consequência de outros axiomas; ele pode, enfim permanecer fora do campo, evoluir sem limites, ser deixado no estado de variação ‘selvagem’ no sistema.³⁹

Tal pensamento rizomático é o de uma máquina de guerra que com seu método rizomático pensa uma *potência minoritária* que escapa a esta axiomática mesmo que seja interiorizada pelo aparelho de Estado por ela, pois “a axiomática só manipula conjuntos numeráveis, mesmo que infinitos, enquanto as minorias constituem esses conjuntos ‘leves’, não numeráveis, não axiomatizáveis, em suma, essas ‘massas’, essas multiplicidades de fuga ou de fluxo.”⁴⁰ Se a própria axiomática capitalista do Estado dá uma potência de devir às minorias possibilitando-a que se identifiquem como tais, ou ainda, aumentam a potência da máquina de guerra é porque ela já não pode ser exterminada com uma *guerra absoluta* do Estado, liberal ou neoliberal, fascista ou pós-fascista, pois: “O extermínio de uma minoria faz nascer ainda uma minoria dessa minoria.”⁴¹ A potência da minoria e de seu pensamento a partir de um método rizomático da máquina de guerra é, por fim, para Deleuze e Guattari, a consciência do universal no proletariado e sua questão é “antes abater o capitalismo, redefinir o socialismo, construir uma máquina de guerra capaz de responder à máquina de guerra mundial, com outros meios.”⁴² No caso, construir uma *máquina de guerra revolucionária* como “conexão de fluxos, composição de conjuntos não numeráveis, devir-minoritário de todo mundo”. Todavia, é preciso discernir as minorias, pois elas podemos recriar movimentos “nacionalitários” com uma potência de guerra que é capturada pela axiomática do Estado e deste modo constituírem *proposições de axiomas*. As minorias, para eles, que constituem a exterioridade da máquina de guerra são “proposições indecidíveis” que não podem ser capturadas, pois, para além de toda incerteza ao se remeterem a algo exterior à axiomática atual capitalista e do Estado, elas são o “gêrmen e o lugar das decisões revolucionárias”, e, segundo Deleuze e Guattari (1997, p. 177. Grifos dos autores): “Não há luta que não se faça através de todas essas proposições indecidíveis, e que não construa *conexões revolucionárias* contra as *conjugações da axiomática*.” Tal é método rizomático como um método *pragmático*

³⁹ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 163.

⁴⁰ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 173.

⁴¹ DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 175.

⁴² DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 176.

revolucionário contra a axiomática geométrica do Estado capitalista que busca sujeitar e subjetivar o pensamento sociedade, nas escolas, nas universidades, inclusive na filosofia, pois “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira.”⁴³

Referências

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. 1997. In: *Crítica e Clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora34, 1995. v. 1.

_____.; _____. *Mil Platôs*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

Recebido em: 13/03/2019

Aprovado em: 10/05/2019

⁴³ DELEUZE, 1992, p. 226.